

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS;

GT 17 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

NOVAS HIERARQUIAS PROFISSIONAIS: CONHECIMENTO, GÊNERO E ETNIA

Dayse de Paula Marques da Silva¹

INTRODUÇÃO

Este texto trata de temas abordados no projeto: *Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia*, iniciado em 2003². O estudo contempla investimentos no tema das relações de gênero, iniciados na década de 1980, a partir da dissertação de mestrado, defendida em 1989, tendo continuidade ao longo de 1990 com a apresentação da tese de doutorado, em 1998³. As pesquisas para o mestrado e o doutorado analisaram profissões de nível superior e a distribuição por sexo em cursos universitários, destacando mudanças e permanências na sua configuração nas últimas décadas, particularmente, na medicina e no serviço social. O primeiro altera bastante o seu perfil quanto à distribuição por sexo em contraste com o segundo que ainda é um curso de maioria impactante de mulheres. A motivação para a escolha de cada um destes cursos foi, respectivamente, a sua característica masculina e feminina ao longo de seu percurso no sistema educacional. Outros fatores influenciaram nesta escolha, tais como: a) semelhanças em suas práticas – a prerrogativa do “cuidado” na atividade profissional; b) atuação no campo da saúde e; c) diferenças marcantes – o prestígio alcançado pela profissão. Neste período foi observada a tendência a uma associação constante entre o tema das relações de gênero e o das relações étnicas no debate, sendo possível observar o estímulo do movimento feminista e de alguns pesquisadores no campo do gênero para

¹ Coordenadora do Projeto *Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia*, aprovada pela FAPERJ, em 2007 e coord. do *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas*, da Subreitoria de Extensão e Cultura, lotado na Faculdade de Serviço Social, da UERJ – PEGGE/SR3/FSS/UERJ.

² Como resultado dos estudos desenvolvidos na pós-graduação, foi apresentada proposta de projeto de pesquisa em 2000, associando os dois campos empíricos explorados no mestrado e doutorado, com . reformulações em 2003 e 2006.

³As duas foram defendidas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Bila Sorj. O mestrado em 1989 e o doutorado em 1998.

um exercício teórico mais efetivo nesta direção (SCOTT, 1999; NICHOLSON, 2000). Paulatinamente, os movimentos sociais com foco na afirmação da “identidade negra” incorporaram esta premissa. Ao mesmo tempo houve uma tendência, a partir de algumas vertentes que enfatizavam a determinação do mercado de trabalho e enfoques econômicos, de incluir o conceito de classe nestas reflexões⁴.

A incursão na Sociologia das Profissões foi fundamental para compreender o universo da formação profissional e trouxe uma importante base de argumentação para a análise das diferenças nas escalas de prestígio entre carreiras, o que implica na abordagem de critérios relacionados ao mérito científico nas sociedades contemporâneas. Neste texto, há o interesse em explorar mais o tema das relações étnicas e de gênero⁵. As modificações do mercado de trabalho a partir da inserção da mulher e alguns indícios de mobilidade social baseado na cor tornaram-se um estímulo para buscar novas bases explicativas para o surgimento de grupos de identidade e para as políticas que surgem a partir deste fenômeno no sistema educacional e profissional. É recente a inclusão destes temas na área das profissões, o que certamente teve o impulso dos estudos de gênero e políticas de ação afirmativa com base na cor, estas, inclusive, provocando antigas polêmicas sobre o conceito de raça nas ciências sociais.

A educação foi uma das áreas mais exploradas em estudos na perspectiva do gênero em concomitância com a da saúde, sendo que esta última alcançou mais resultados e visibilidade na implementação de políticas públicas com destaque para a condição da mulher na sociedade ocidental. A medicina apresenta um amplo conjunto de publicações e serviços com base em ações e práticas dirigidas a mulher, constituindo um campo específico para a intervenção médica: a saúde da mulher que inclui gineco-obstetrícia, pré-natal, menopausa, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez etc. Esta área se consolidou a partir de uma estratégia constante do movimento

⁴ Joan Scott (1990) assinala as principais vertentes teóricas no campo do gênero: a do patriarcado, que busca as origens da dominação em uma abordagem quase evolucionista, a marxista com destaque para a base econômica e as de cunho psicanalítico.

⁵ A abordagem dos grupos profissionais, enquanto expressão de relações de poder no campo do conhecimento foi explorada em trabalhos anteriores, apresentados no encontro da ANPOCS – 2003 e no Congresso da SBS - 2005. A perspectiva de gênero e etnia já estava incluída.

feminista na saúde pública, apesar da crítica acirrada de suas principais protagonistas que questionavam o poder médico androcêntrico, cuja expressão reproduzia práticas controladoras e discriminatórias sobre as mulheres⁶.

Na Educação, na contramão do movimento social, houve tentativas do Estado de implementar ações com um enfoque sexista que datam do início do século XX: educação diferenciada para meninos e meninas; tendências de segregação por sexo no espaço educacional e limitações de oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres. No Brasil, estas últimas ficaram muito evidentes na iniciativa do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no Governo de Getúlio Vargas, ao propor o Estatuto da Família que não foi promulgado por pressões exercidas por intelectuais e pareceres técnico-jurídicos contrários ao seu acolhimento⁷. As políticas propostas pelo Estado dificilmente conseguiram escapar do viés excessivamente controlador ou deixou de reeditar preconceitos. Este fato expressa as dificuldades de toda tentativa de normatizar o que é objeto de valores morais e representações marcadas pelo simbólico e imaginário em todo grupamento humano.

⁶ Em alguns debates sobre a implementação desses serviços de saúde destinados às mulheres é possível perceber uma crítica ao movimento feminista. Os questionamentos sustentam que esta proposta reforçou práticas discriminatórias, pois privilegiou um segmento da população – as mulheres, em detrimento de outros, como os homens, por exemplo, que também apresentam vulnerabilidades, caso seja utilizada a mesma perspectiva - a de gênero. Neste caso, as feministas apoiariam práticas sexistas. Entretanto, estas avaliações tiram o foco de um problema importante levantado pelo movimento feminista (quando não existia o conceito de gênero) e analisado por Linda Nicholson (2000), cujo argumento merece ser considerado: a negação de um corpo próprio da mulher ao longo da história que seria um “apêndice” do “corpo humano” do homem, um desdobramento do modelo biológico masculino, cuja perfeição estabelecia uma hierarquia, um extremo superior (masculino) e outro inferior (feminino). A estratégia iniciada na saúde foi parte de uma ação do movimento feminista para fortalecer a existência autônoma das mulheres, a começar, pela afirmação de um corpo próprio que demandava atenção específica. Nessa ação, o movimento social não favorecia uma prática de segregação das mulheres na atenção à saúde, o que poderia implicar em uma proposta “sexista”. Diante do momento histórico, tratava-se de uma expectativa de tratamento igual – o corpo feminino é diferenciado, é próprio e é tão importante quanto o do homem. Está agregada a esta reivindicação, a expectativa de valorização e garantia de expressão da vontade da mulher por meio de seu próprio corpo, o que simbolizaria a sua própria existência independente do homem.

⁷ “O parecer anônimo mantém a mesma linha de raciocínio. Segundo ele, nenhum dos projetos em consideração, o de Capanema ou o substituto Aranha-Campos merecem ser aprovados. Este último, por ser muito limitado e modesto; o primeiro, por ser, realmente, um amontoado de disposições legais sem objetivo, inaceitável como base de discussão` (Schwartzamm et alii, 2000:134)” .

Neste estudo, o fato das profissões analisadas revelarem graus de prestígio muito diferenciados em nossa sociedade, caracterizando-se a medicina como uma carreira muito mais prestigiada do que a de serviço social provocou o interesse em analisar mais profundamente este fenômeno. A hipótese freqüentemente apresentada para a desvalorização de determinadas áreas ou especialidades profissionais com base na inserção da mulher nestes lugares motivou a buscar elementos novos para entender porque esta hierarquia é compreendida, ainda, desta forma. Pressupondo o que a sociologia das profissões apresenta como uma das principais matrizes explicativas para as hierarquias profissionais: os níveis de conhecimento (e como sociologicamente este é constituído como fator de valoração social), não ficam muito claros porque os entrevistados e algumas publicações tomam o feminino e o masculino como determinantes de *status* mais significativos do que o nível de conhecimento exigido pela formação profissional. Caso isto ocorra, isto é, o interlocutor considere que o nível de conhecimento que a atividade exige confere mais *status* profissional, ignorando a influência de variáveis como o sexo e etnia, o que explicaria a concentração de mulheres ou homens em algumas áreas com diferentes *status* no campo profissional como aquelas estudadas no projeto? Estas perguntas suspensas no ar foram eclipsadas por novas iniciativas do Estado que mobilizaram a opinião pública e tensionaram o campo acadêmico como as que iniciaram na década de 1990 com os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 2000, seguidos pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criadas em 2003. A nova proposta deste estudo foi apresentada, no momento em que as políticas mais recentes foram divulgadas, na mudança de governo, cujo processo de implantação de reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras provocou um intenso debate no interior do campo acadêmico e deu ênfase a novas formas hierárquicas, além do gênero, no universo do conhecimento formal. Embora, o componente étnico já fosse observado no projeto antes da implantação de reserva de vagas, pois o serviço social apresentava uma concentração maior de alunos fenotipicamente negros comparado com a medicina, o problema foi destacado a partir de metodologia implementada em 2006 por meio de uma oficina desenvolvida com alunos de reserva de vagas na universidade.

UM PROBLEMA TEÓRICO NA INTERLOCUÇÃO DOS TEMAS: O IMPERATIVO DE UM TRATAMENTO DIFERENCIADO.

Em alguns momentos fica a impressão de que a discriminação de gênero é o mesmo que a discriminação étnica, isto é, apresentariam as mesmas matrizes explicativas. Talvez, por estratégia política, em algumas passagens da luta pela garantia de direitos sociais ou do próprio estado de direito, houve uma aproximação entre o movimento feminista e o movimento negro, fortalecendo-se mutuamente na afirmação de um modelo de cidadania plena. Este fato não minimiza a importância da exploração e interlocução teórica destes temas na compreensão de identidades sociais na sociedade contemporânea como, por vezes, o universo acadêmico parece fazê-lo. Este foi o motivo de pesquisadoras da área de gênero enfatizar a importância desta aproximação, pois as hierarquias entre homens e mulheres como um fenômeno universal não ocorrem de forma homogênea em diferentes culturas ou momentos históricos. Elas se moldam conforme a diversidade encontrada no espaço analisado. Entretanto, os fundamentos desta cidadania do ponto de vista político, parecem favorecer uma confusão conceitual entre estas duas fronteiras que conformam o processo de constituição de identidade social. Considerando a premissa liberal da igualdade e o conjunto de direitos a serem assegurados por uma sociedade democrática, as reivindicações por liberdade, respeito à autonomia e acesso aos bens e vantagens promovidas pela ordem social, econômica e política em vigência, estas duas fontes de valores e identidades – relações de gênero e relações étnicas, praticamente se equivaleriam. Nenhum cidadão pode ser discriminado ou limitado na sua liberdade civil por qualquer impedimento associado ao seu sexo ou a sua cor. Entretanto, para compreender como o gênero conforma a identidade e, por conseguinte, a etnia, faz-se necessário estabelecer algumas diferenças na evolução destes campos temáticos. Estas considerações também auxiliam a compreender melhor as limitações técnicas para a implementação de políticas públicas que se propõem a normatizar problemas sociais relacionados com estes temas.

A determinação biológica no comportamento – alguns argumentos permanecem para um campo e são rejeitados em outro

Enquanto as relações de gênero ainda permitem uma margem de explicação do comportamento com base em pressupostos biológicos, há uma nítida rejeição desta abordagem no campo das relações étnicas, sendo considerada discriminatória em si mesma a matriz genética para avaliação de aptidões ou potenciais humanos específicos com base na variável cor, particularmente, no campo da educação ou no universo profissional⁸. Entretanto, este tipo de argumentação é utilizado para analisar as relações de gênero. Por exemplo, dificilmente, seria sustentada, hoje, como hipótese para a distribuição desigual entre negros e brancos nos cursos universitários de maior prestígio, o fato de algum componente biológico condicionar estas tendências. Neste caso, a alternativa a ser considerada terá uma abordagem histórico-social que enfatizará as limitações impostas para o acesso a estes recursos e por isso devem ser corrigidas por meio de políticas de ação afirmativa. Atualmente é denunciada como racista a tentativa de fazer da abordagem biológica uma explicação para diferenças de desempenho entre pessoas com cor da pele diferente. Entretanto, quanto à concentração de mulheres e homens em determinadas áreas de conhecimento ou o desempenho de determinadas aptidões é possível encontrar algumas associações com teorias genéticas ou argumentos fisiológicos, ainda. A menção a atividades profissionais que tenham como característica básica o “cuidado”, que envolvem ações em torno do bem estar da pessoa humana, da dimensão educativa de uma profissão, da prevenção e ação em saúde etc, tem sido, com muita frequência, associada a formas de fazer, agir, consideradas femininas. Esta tem sido uma justificativa para explicar a concentração de mulheres em áreas que implicam “cuidados”, observada em cursos universitários, mercado de trabalho e, neste, na distribuição por sexo entre as ocupações pouco qualificadas e entre as especialidades técnico-científicas nas mais diversas profissões. Uma linha de discussão muito valorizada em publicações científicas atualmente é a neurociência que tem retomado algumas metodologias com forte apelo biomédico, onde os avanços reconhecidos da genética têm sido utilizados para explicar o comportamento humano. É evidente o arcabouço biológico das argumentações que buscam explicar diferenças entre homens e mulheres, concluindo sobre tendências na formação da identidade feminina e masculina, a partir de uma base

⁸ Vide polêmica, em 2007 com James Watson, o Prêmio Nobel em Medicina de 1962. Ele afirmou que os negros eram menos inteligentes que os brancos. Houve reação imediata em repúdio a sua declaração, com vários líderes, organizações e governos, de projeção internacional condenando a sua afirmação.

fisiológica (substâncias hormonais, funcionamento do cérebro, aparelho reprodutivo etc)⁹. Revisita-se uma metodologia muito semelhante aos primórdios da antropologia física quando, a partir da craniometria e pesagem do cérebro concluía-se sobre aptidões e níveis de inteligência para negros, brancos, índios, amarelos, homens e mulheres que, na época, estabeleceram hierarquias entre esses grupos. Os cientistas envolvidos com estas pesquisas recentemente utilizam, certamente, instrumentos mais sofisticados e asseguram de antemão que as conclusões não implicam ou sugerem qualquer valoração entre os grupos analisados ou qualquer hierarquia entre eles, o que aconteceu no passado. Entretanto, o que chama a atenção é o fato destas premissas não serem mais consideradas no âmbito das diferenças étnicas, cuja compreensão privilegia a dimensão cultural ou histórico-social de expressões de grupos com diferentes características físicas. Este fato coloca em xeque o conceito de raça, apesar de sua utilização, como marco de projeção para o movimento negro e as propostas de políticas de ação afirmativa no Brasil, na atualidade. O que podemos concluir é que o conceito de raça é submetido, hoje, a um questionamento que os cientistas que sustentam as hipóteses biológicas para explicar ou justificar aptidões de homens e mulheres não conhecem, talvez, não com tanto índice de rejeição. Isto é, toleram-se explicações de cunho genético no campo do gênero de uma forma que não encontra paralelo no campo das relações étnicas, hoje. Estas tendências instigam uma investigação mais cuidadosa e sugerem que as compreensões destes temas devem assegurar um enfoque e um tratamento diferenciado, principalmente para analisarmos o potencial de ações políticas para a superação de desigualdades.

O conceito de raça

Os avanços dos estudos no campo da genética favoreceram o ocaso do conceito de raça como argumento fundamental na constituição de uma identidade étnica, principalmente, em uma realidade como a brasileira. Este tema coloca duas ordens de

⁹“Em 1996, um grupo de trabalho americano e outro israelense descobriram que um gene denominado novelty-seeking, o gene da busca pela novidade, codificador de certo receptor para dopamina, parece ser o responsável pela atenuação da noção de perigo.(...) Nossos medos são então, perfeitamente compreensíveis mas datados. No entanto, o cérebro não é capaz de se acostumar ao cálculo “moderno” e abstrato de probabilidades. A revista publicou nesta edição os seguintes títulos: *Desde a infância meninos e meninos comportam-se de forma diferente; Homens e mulheres não só pensam de maneira diversa como separam de modo desigual as tarefas cerebrais e Tanto no homem como na mulher, o estrogênio influencia diferentes capacidades cognitivas*. Revista *Mente & Cérebro*. Edição Especial; Nº6, 2006.

questões para se pensar o problema da formação de um grupo por critérios de cor: o biológico como fator determinante e a dimensão cultural como norteadora de valores, afinidades e conseqüentemente, agrupamento. A partir do questionamento da herança genética como explicação para este fenômeno, pois o seqüenciamento do DNA tem demonstrado a presença de diferentes linhagens em um mesmo indivíduo, o conceito de raça nas ciências sociais, entra em colapso definitivamente e com isso, a própria matriz biológica. Entretanto, permanece no debate social e político a polêmica quanto a sua utilização ou não e no rastro do movimento social, recuperam-se as premissas colocadas pela antropologia física do século XIX¹⁰. Na busca de uma abordagem científica mais segura, essa área de estudos utilizou-se de métodos que garantissem um conhecimento mais objetivo que demonstrassem as diferenças entre os grupos humanos. Listou as características físicas de um e outro, as diferentes origens histórico-geográficas, mas, principalmente, debruçou-se em desenvolver metodologias que dissecassem (literalmente) sua fisiologia, anatomia etc, relacionando-as com os avanços civilizatórios. Daí começou o problema... Hierarquizaram estas diferenças com base em uma perspectiva etnocêntrica do homem branco europeu e tornaram o que era possivelmente natureza em “poder sobre” a natureza de outros homens. O que vem delineando as fronteiras no debate contemporâneo, particularmente no Brasil é a consistência do conceito de raça e certamente, isto implica em uma abordagem acadêmica, científica do problema. É possível observar duas posições bem antagônicas: a) os que se baseiam nele para recuperar o potencial de formação de grupos de identidade com consciência da opressão, objetivando superar a discriminação com práticas de organização no campo político; b) aqueles que consideram a própria utilização do conceito uma falácia e uma estratégia equivocada para a superação de práticas discriminatórias no campo das relações étnicas, pois a própria incorporação do conceito de raça, sem uma avaliação crítica e histórica de sua evolução é por si mesma, discriminatória. O fato do conceito de raça ter como origem as iniciativas da antropologia física que revelam os desdobramentos etnocêntricos de seus estudos pesa nesta rejeição observada na segunda tendência. Uma série de afirmações científicas quanto à impossibilidade de uma origem

¹⁰ O polêmico trâmite do *Estatuto da Igualdade Racial*, de autoria do senador Paulo Paim, no Brasil, encaminhado pela Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, do Governo Federal evidencia a força destas controvérsias, ainda hoje.

pura na combinação genética de grupos populacionais coloca a última pedra no túmulo da “identidade racial”. Fica claro que o problema é de fundamento teórico, principalmente, quando está em foco a formação de identidades. O que algumas vertentes do movimento negro pretendem – a afirmação de uma identidade negra, utilizando a idéia de raça como base para o seu discurso político, entra em choque com estes questionamentos, pois se não faz sentido sustentar um conceito derrubado pelas evidências genéticas¹¹ como sustentar uma identidade a partir destas premissas¹².

Entretanto é importante assinalar que este não é um problema novo no campo das identidades étnicas, no Brasil. Pode-se afirmar que ele se apresenta a partir das teorias da miscigenação como fator positivo na afirmação do Estado -Nação na seqüência histórica Gilberto Freire- Florestan Fernandes (1930- 1950). Configura-se, a partir do reconhecimento da “mistura de raças” no território brasileiro como um fato que favoreceria positivamente uma identidade nacional, em contraponto aos argumentos eugênicos que a consideravam um obstáculo. A partir do momento que é abandonada a perspectiva da miscigenação como deterioração de um povo, se inicia um novo momento nas ciências sociais, a partir do qual se busca afirmar uma forma alternativa de ser brasileiro. A riqueza cultural e a possibilidade única para o exercício da tolerância na convivência entre grupos tão diferenciados favoreceriam uma identidade multicultural, o que inviabilizaria práticas segregacionistas como em outros países. Este foi um ponto de muita controvérsia, a partir do estudo de Gilberto Freyre cujo enfoque nos costumes e cultura tipicamente brasileira, recupera assimilações em diferentes campos de análise: arte, culinária, formas de convivência e relacionamentos interraciais. Estas prerrogativas foram consideradas uma vantagem para a configuração de uma democracia de fato “multiracial”, com uma harmoniosa convivência entre as diferentes “raças”, conceito

¹¹ É importante lembrar que os pressupostos metodológicos sustentados pela antropologia física no século XIX, apesar de persistirem por muito tempo nas ciências sociais, foram questionados, ainda na primeira metade do século XX por antropólogos que apontaram as suas limitações e denunciaram o seu etnocentrismo, a começar com Franz Boas. Contemporaneamente, poderia ser incluído Clifford Geertz. Portanto é necessário reconhecer que os registros das lacunas destas argumentações não se devem apenas aos avanços da genética, mas aos próprios pesquisadores do campo que destacaram os determinantes culturais na formação dos próprios estudiosos e a sua influência na distorção da interpretação dos dados biológicos.

¹² SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros. pág. 195/196

utilizado sem os questionamentos apontados anteriormente. Este pensamento favoreceu um enfoque “otimista” quanto a inexistência de discriminação entre grupos étnicos no Brasil, o que foi contestado por Florestan Fernandes, escolhendo como objeto de análise a situação dos negros em São Paulo. Este autor merece destaque, particularmente pelo seu enfoque na Educação como fonte de mensuração de inclusão social em uma perspectiva sociológica. Florestan Fernandes em conjunto com Roger Bastide apresentou uma série de dados que demonstra que a transição de uma sociedade escravocrata de modelo agrário arcaico para uma de molde urbano-industrial foi desfavorável ao negro, em comparação com o branco “nativo” e o branco imigrante. Este processo evidencia os limites para a inclusão deste grupo populacional, constituído a partir da escravidão no Brasil, na sociedade moderna de modelo democrático, onde a educação é um dos principais pilares para a sua afirmação. O autor demonstrou que os negros estavam mal colocados no mercado de trabalho do tipo urbano-industrial, onde se inseriam, com muita desvantagem no sistema educacional, praticamente ausentes do seu último nível: o ensino superior. O interessante no seu estudo é que, além de descortinar os véus da discriminação com base no preconceito, indica a peculiaridade deste processo em nossa cultura, com forte influência da moral católica e marcado pela ambiguidade. Ao mesmo tempo assinala os movimentos de resistência dos negros, no Brasil. A partir da contribuição de Florestan Fernandes é possível avaliar que este problema não é novo no Brasil, evidenciando-se desde a década de 1930, quando surgiram os protestos que configuraram o movimento chamado *2ª abolição*. Este movimento marca a contradição do discurso vigente quanto a cidadania e instituições democráticas do ponto de vista do negro brasileiro. O autor destaca São Paulo como uma região que merecia ser um relevante campo empírico para a sua análise sociológica, tendo em vista, a posição de vanguarda da região na instalação de um modelo urbano-industrial, com forte fluxo de imigração, cuja característica marcante foi a sua qualificação e formação política na perspectiva democrática. Portanto, servia, de fato, como um bom parâmetro para avaliar a potencialidade de o Estado brasileiro assegurar este modelo, o que pressupunha garantir mecanismos de inclusão sociais realmente eficientes, de âmbito ampliado. Florestan Fernandes de certa forma, conclui que a democracia que viabiliza a mobilidade social por mecanismo de acesso aos bens e riqueza produzidos pela sociedade moderna evidencia um viés “racial” de difícil solução no Brasil, principalmente, por ser um problema

negado. A perspectiva do autor é formulada a partir de uma abordagem econômico-política que deu um novo rumo ao debate na época, o qual tendia a fortalecer o modelo brasileiro como uma sociedade sem discriminação e convivência pacífica e plena entre diferentes grupos étnicos. A partir dali, o reconhecimento do conflito se fortalece e chega até os dias atuais. Portanto, a importância de uma reação dos negros ao discurso da amabilidade e tolerância foi importante do ponto de vista do autor e evidencia que este problema está colocado há muito tempo no Brasil. O apelo ao conceito de raça foi importante para o fortalecimento do próprio grupo e denúncia do problema. Mas o seu fundamento em preceitos biológicos fragilizou com o tempo o argumento e encontra muita resistência nas ciências atualmente.

Outro problema que fragiliza mais esta perspectiva é o debate da luta para a afirmação da identidade indígena e as iniciativas de um movimento próprio para a garantia dos direitos desta população que até há pouco tempo, pelo nosso ordenamento era considerado incapaz juridicamente, não sendo resguardado o seu direito a cidadania. Neste caso, a contribuição de Florestan Fernandes não seria de grande impacto, pois a sua abordagem trata da expectativa de grupos populacionais de inclusão no contexto urbano-industrial que pressupõe uma integração a este universo, por meio do mercado de trabalho, diretamente. Esta não foi claramente uma aspiração dos indígenas, no Brasil. É curioso observar que também no interior do movimento indígena surgem impasses quanto a formas de “enquadramento” de grupos diferenciados entre eles e as iniciativas de cunho técnico-científico em tipificá-los. São inúmeros os grupos étnicos, entretanto, há uma tendência em homogeneizá-los, a partir de um fenótipo “tipo índio” e com base em modelos do século XIX. O debate sobre a sua identidade étnica estabelece outros parâmetros, mas de qualquer forma, coloca um problema do ponto de vista institucional, baseado numa identidade nacional a ser constituída. Como é ser brasileiro na perspectiva da miscigenação e o quanto cada um dos grupos assinalados como partícipes deste quadro, contribuiu efetivamente para a sua afirmação e como deve ser daqui em diante. Certamente, ainda não encontramos respostas claras quanto a estas indagações, mas elas estão na base de tantas ambigüidades expressas pelas políticas públicas que tentam normatizar estas demandas.

A principal ambigüidade está relacionada com o conceito de raça e os seus antecedentes biológicos. Entretanto, a sua utilização, cada vez mais, do ponto de vista analítico, cai em desuso, é contestado na base explicativa e dificilmente poderá ser utilizado, sem contestações imediatas como um recurso para explicações do fenômeno de formação de identidades étnicas. Não se pode afirmar o mesmo no campo das relações de gênero.

O conceito de sexo e gênero

A controvérsia quanto a determinação biológica na constituição da identidade de gênero está na origem de sua própria afirmação enquanto campo temático e tem semelhanças com o debate sobre a identidade étnica no que se refere a consolidação de uma ordem democrática e a concepção de cidadania. O movimento feminista que apresenta o problema e denuncia a situação de opressão da mulher na cultura androcentrica ocidental, no primeiro momento fez apelo às diferenças biológicas entre os homens e as mulheres, resgatando um corpo próprio, diluído na estrutura masculina de um corpo idealizado e representado como o padrão e ideal de perfeição da natureza humana – o corpo do homem. Entretanto, o que provoca este “despertar” das mulheres que se organizam enquanto grupo de identidade, foram os ideais do iluminismo, que propõe a igualdade do indivíduo, a partir de uma nova ordem a ser garantida sobre os direitos resguardados pelo modelo representativo de governo. Acompanhado desta idéia de indivíduo estavam os valores máximos da liberdade e autonomia, preceitos interditados às mulheres, cuja manifestação como indivíduo era praticamente inexistente. Nesse momento se igualavam aos escravos. Apesar de sua participação em ações que antecederam a revolução francesa e ao longo de sua consolidação, empunhando as suas bandeiras, a inclusão das mulheres nesta nova ordem não se verificou. Este processo implicava em mudanças profundas de valores e impulsionou a sua articulação no combate ao esvaziamento de sua participação no espaço público e político. Portanto, as aspirações de emancipação como cidadãs foram frustradas pelas barreiras colocadas pelo novo regime que se restringiu a uma democracia com critérios androcentricos e patrimoniais. A partir da evolução do movimento feminista coloca-se no centro deste debate a viabilidade da mulher como indivíduo autônomo, cuja expressão da vontade deve ser livre. Um veio inicial desta discussão se abre a partir de reflexões sobre a

natureza de homens e mulheres e a própria antropologia física corroborou para uma concepção “científica” sobre estas diferenças de modo a reforçar a inferioridade da mulher em relação ao homem, confirmando uma hierarquia com base em avaliações fisiológicas e anatômicas que desde a filosofia antiga já se delineava. O argumento que fundamenta a hierarquia tem assertivas biológicas, reproduzindo o que foi observado no debate sobre as diferenças étnicas. A introdução da noção de gênero neste campo de ação é uma resposta a estas abordagens de cunho biológico, pois ressalta as implicações culturais do que se conforma como masculino e feminino em diferentes culturas. É um contraponto para a concepção de sexo, que no início do movimento feminista foi enfatizado, exatamente, pela necessidade de marcar a diferença em relação ao homem e começar pelo reconhecimento da individualidade da mulher, a partir do reconhecimento do seu próprio corpo. Instaura-se um movimento permanente e ambíguo, pois ao mesmo tempo em que afirma a diferença em relação ao homem – um corpo próprio com base em uma matriz biológica, reivindica a igualdade do ponto de vista social e político – igualdade de condições, equiparando-se ao homem como cidadão. Novamente, surge com força neste campo de investigações e práticas a dicotomia biológico-cultural que tensiona as ciências sociais desde o início. O movimento feminista, quando evoluiu para uma discussão sobre relações de gênero em oposição à condição exclusiva da mulher – indivíduo do sexo feminino, estabelecendo uma perspectiva relacional quanto ao fenômeno da hierarquia entre homens e mulheres na sociedade ocidental, se afasta da argumentação biológica quanto a este fenômeno. E, começa uma intensa disputa no interior do próprio movimento quanto a matriz explicativa mais condizente com a estratégia da luta política que implicava na afirmação da cidadania feminina. O ponto de inflexão colocado por parte da militância é o que pressupõe a ação política: estabelecimento de um sujeito com identidade própria, consciente de sua condição e a partir daí, capaz de resistir à opressão. No caso, nesta perspectiva inicial do feminismo, o opositor era o homem, considerado biologicamente superior e preparado para exercer o domínio ou tutelar a mulher, um ser inferior, incapaz de julgamento próprio. A introdução do conceito de gênero além de relativizar o determinante biológico como uma via de mão única e enfatizar a influência cultural no comportamento de homens e mulheres tira o foco da condição feminina exclusivamente. O conceito implica em uma perspectiva relacional em que o feminino é estabelecido, a partir do que é constituído

como masculino culturalmente e vice-versa. Portanto, coloca em debate a necessidade de agir sobre a condição masculina para reverter o quadro androcentrico da própria cultura, a partir do momento que estes comportamentos não são determinados pela biologia. Entretanto o sexo, na sua dimensão biológica é a base de construção simbólica do que se representa como masculino e feminino em todos os grupamentos humanos. A partir daí, considera-se que para compreender o fenômeno da hierarquia de gênero e conseqüentes discriminações é necessário recorrer permanentemente a interseção entre a esfera biológica e cultural para explicar o comportamento de homens e mulheres e principalmente, avaliar capacidades e desempenhos. Algumas vertentes do movimento feminista mostraram-se insatisfeitas com o rumo destas observações, argumentando que ignoravam o impacto da supremacia masculina na organização da sociedade vigente em toda a sua intensidade, destacando a evidente vulnerabilidade da condição da mulher. Mantinham assim reivindicações e ações que fortalecessem a sua auto-estima e políticas eficazes de combate a discriminação e violência contra a mulher, considerando que esta seria uma etapa anterior a qualquer consideração da condição masculina na sociedade. Baseiam a sua avaliação em situações evidentemente desvantajosas para as mulheres bem marcantes na sociedade contemporânea, como a inserção desigual no mercado de trabalho, violência contra a mulher, oportunidades educacionais etc. Esta controvérsia ainda está presente no debate apesar de existirem algumas iniciativas no sentido de favorecer uma desconstrução da mentalidade androcentrica, dirigida especialmente aos homens, no âmbito da própria política pública¹³.

Talvez, nessa peculiaridade da elaboração do conceito de gênero – o seu aspecto relacional, salientando o cultural, mas não eliminando o seu determinante biológico, o sexo, para compreender os significados conferidos ao masculino e ao feminino, na sociedade ocidental, esteja a principal diferença entre a discriminação de gênero e a discriminação étnica. Talvez, seja aí também que se estabeleça a brecha que permite que ainda seja possível argumentar-se com tanta desenvoltura “científica” os determinantes

¹³ O Governo Federal lançou um programa de saúde dirigida ao homem, de prevenção do câncer de próstata e consta no plano nacional da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), uma ação dirigida aos homens agressores, nos casos de violência doméstica, na perspectiva do cumprimento da Lei 11.340, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha.

biológicos das diferenças de aptidões e desempenho entre homens e mulheres, como já não ocorre, com tanta facilidade, para as características étnicas.

Neste campo, o feminino é considerado o contraponto do masculino. Para se estabelecer enquanto um fenômeno fundamental para a constituição da identidade é necessário que exista uma simbologia associada a um e a outro. E, conforme SCOTT, a relação de gênero pode ser considerada a primeira experiência com uma estrutura de poder diante na qual o indivíduo está submetido.

O gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1990, p.16)

Não se constituem desta forma as hierarquias no campo das relações étnicas. A relação de poder neste campo não se definiu historicamente, em um primeiro momento, entre indivíduos de “olhos azuis ou olhos castanhos”, com base nestas características em si mesmas mas entre mais fortes e mais fracos, mais capazes na arte da guerra e na conquista de territórios, onde a cor da pele ou características físicas foram contingentes. Daí, a partir de uma relação entre vencedores e vencidos, se estabeleceu uma relação de domínio e força que implicou, inclusive em práticas de servidão e escravidão. Entre estes povos já se observava uma distribuição de lugares e atividades diferenciada por sexo na organização coletiva, o que os estudos históricos e antropológicos destacaram. A hierarquização de “aptidões femininas e masculinas” foi o fenômeno observado com mais atenção pelos estudos de gênero a partir do surgimento do movimento feminista, o que indicaria que as relações entre homens e mulheres foram marcadas por uma hierarquia anterior que permanece com preceitos muito semelhantes, ainda hoje.

Houve avanços na rejeição da utilização de fundamentos biológicos para a compreensão das relações étnicas mas ainda estão presentes no campo das relações de gênero. A valorização de um modelo relacional entre o feminino e o masculino como constituinte de uma identidade fundamental, tem possivelmente a influência de linhas psicanalíticas no campo temático, o que é objeto de alguns questionamentos, mas estabelece parâmetros importantes para esta discussão¹⁴. O fato do modelo relacional,

¹⁴ SCOTT, Joan (1990:15)

isto é, para existir uma mulher é preciso existir um homem, ser considerado um elemento para a constituição da identidade feminina e masculina enquanto uma experiência pessoal, não encontra paralelo na questão étnica¹⁵. Este é o ponto que merece destaque em uma abordagem que explore a interseção entre estes campos temáticos – gênero e etnia, o que parece não ser muito explorado nas áreas de estudo ou de ação política que as agregam.

O modelo liberal de um sistema democrático de governo norteou as discussões e propostas de superação da desigualdade social desde a Revolução Francesa, enfatizando a importância da Educação neste processo, favorecendo posteriormente a universalização do ensino a nível fundamental. O acesso a este recurso foi uma bandeira importante de todos estes movimentos sociais que expressaram as demandas das chamadas “minorias”. A mobilidade social tem como um de seus pilares a ampliação da formação educacional que por meio da qualificação para o trabalho permitiria o aumento da renda per capita e melhores condições de vida em uma perspectiva coletiva. Os obstáculos verificados para a inclusão destes grupos acima considerados – mulheres e negros, no sistema educacional foi um indicativo das dificuldades enfrentadas por estes movimentos para mudar o quadro de dependência, subserviência e discriminação a que foram submetidos historicamente. A lentidão da aplicabilidade de medidas que favorecessem o acesso de mulheres e negros à educação e a reprodução de critérios segregacionistas neste universo ilustra esta ambígua área de atuação governamental. Entretanto, é possível observar mudanças significativas entre as políticas públicas consoantes com estes temas, ao longo dos últimos vinte anos, no Brasil.

As políticas governamentais no campo do gênero e da etnia na década de 1990

Os temas transversais – orientação sexual e multiculturalismo

¹⁵ Para existir um negro, não precisa existir um branco ou o mesmo para outras classificações de tons da pele de forma que se estabeleça uma identidade pessoal equilibrada com base em uma premissa relacional entre dois seres humanos, a não ser a partir de um pressuposto relacionado com a tolerância entre diferentes, não para existirem enquanto um “ideal” de identidade conforme um modelo pré-estabelecido. Existem enquanto seres humanos autônomos, em qualquer região do mundo a partir do ideal iluminista que fortalece a concepção de indivíduo.

Na segunda metade de 1990, o governo federal tomou a iniciativa de promover uma revisão em toda metodologia didática no ensino fundamental, enfatizando a necessidade de fazê-la com uma perspectiva integrada dos conteúdos disciplinares de diferentes áreas, o que teve como resultado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), divulgados e disponibilizados amplamente no fim da referida década. Esta foi uma das inovações observadas na proposta. Entretanto, o que interessa mais neste estudo são o lançamento dos temas transversais e mais especificamente o da *Pluralidade Cultural* e o da *Orientação Sexual*¹⁶.

Pluralidade Cultural

O tema da Pluralidade Cultural enfatizou a diversidade étnica no Brasil, incluindo explicitamente as influências das mais variadas origens no território nacional, não se limitando a mencionar o “trio das raças” no território brasileiro – o índio, o negro e o branco. É possível perceber que o documento se inscreve em uma abordagem mais ampla para tratar das diferenças no país, utilizando-se frequentemente do termo etnia ou em algumas passagens do recurso “raça/etnia”, tentando responder as ambigüidades da comunicação na área do conhecimento. Mas reconhece a complexidade do tema e faz um apelo para que a aplicabilidade da proposta considere as diferenças regionais e de grupos no Brasil, recomendando ações focadas nestes universos.

Convivem hoje no território nacional cerca de 206 etnias indígenas, guardando, cada uma delas, identidade própria, representando, em si, riquíssima diversidade sociocultural, além de uma imensa população formada pelos descendentes dos povos africanos e um grupo igualmente numeroso de imigrantes e descendentes de povos originários de diferentes continentes, de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. A própria dificuldade de categorização dos grupos que vieram para o Brasil, formando sua população, é indicativo da diversidade. Mesmo para a elaboração de um simples rol, é difícil escolher ou priorizar certo recorte, seja continental ou regional, nacional, religioso, cultural, lingüístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, húngaros, lituanos, egípcios, sírios, libaneses, armênios, indianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inumeráveis categorias de identificação. Além disso, um mesmo indivíduo pode vincular-se a diferentes grupos ao mesmo tempo, reportando-se a cada um deles com igual sentido de pertinência. Quando se trata de falar da situação atual da população, eventuais categorizações são ainda mais difíceis tais a circulação que existe entre tradições e culturas, do ponto de vista individual, sem falar de aproximações espontâneas e voluntárias entre grupos, com fins associativos, de cooperação para fins comuns ou de diálogo com vistas ao entendimento. A

¹⁶ Os outros temas transversais definidos nos PCNs são: Ética, Meio Ambiente e Saúde.

diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes manifestações de cosmologias que ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, formas diversas de organização social nos diferentes grupos e regiões, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência do sagrado e de sua relação com profano. O campo e a cidade propiciam as suas populações vivências e respostas culturais muito diferenciadas que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. Os processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de falas, de costumes, de valores, de projetos de vida (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2000:29/30).

O documento inclui os diferentes credos e costumes regionais como importantes referências para a compreensão da multiplicidade étnica do país e introduz o problema da discriminação, reconhecendo as limitações ainda existentes para a garantia da cidadania plena no Brasil. Questiona claramente o mito da democracia racial que pressupõe uma convivência harmônica e equânime entre grupos excluídos da estrutura econômica, social e política e reconhece as limitações da escola em atuar neste problema. Mas fica evidente que a proposta não prevê ações do tipo afirmativo, na direção daquelas que foram propostas recentemente no campo educacional como a da reserva de vagas para negros nas universidades. A perspectiva observada nos PCNs é afirmativa no que se refere, por exemplo, à cultura indígena e negra, mas de forma a fortalecê-las como conteúdos curriculares, reconhecendo a sua importância. Ao mesmo tempo, reconhece a sua discriminação apontando o desinteresse de educadores em prestigiá-las, mas principalmente, dos editores de livros didáticos.

Freqüentemente, contudo as escolas acabam repercutindo, sem qualquer reflexão, as contradições que a habitam. A escola no Brasil, durante muito tempo e até hoje, disseminou preconceito de formas diversas. Conteúdos indevidos e até errados, notadamente presentes em livros que tem sofrido críticas fundamentadas, constituem assunto que merece constante atenção. Também contribuiu para essa disseminação de preconceitos certa mentalidade que vinha privilegiar certa cultura apresentada como a única aceitável e correta, como também aquela que hierarquizava culturas entre si, como se isso fosse possível, sem prejuízo da dignidade dos diferentes grupos produtores de cultura. Amparada pelo consenso daquilo que se impôs como se fosse verdadeiro, o chamado, criticamente “mito da democracia racial”, a escola muitas vezes silencia diante de situações que fazem os alunos alvo de discriminação, transformando-se facilmente em espaço de consolidação de estigmas. Assim, o educador está sujeito a uma escolha inevitável. – ainda que inconsciente quanto a ser agente privilegiado da expansão ou da contração do preconceito e da discriminação. Portanto, embora não caiba a educação, isoladamente, resolver o problema da discriminação em suas mais perversas manifestações, cabe-lhe atuar para promover processo, conhecimento e atitudes que cooperem na transformação da situação atual (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2000:24).

Estes trechos sugerem a necessidade de contemplar disciplinas (em grades curriculares), de forma a integrar conteúdos ou, fora delas (temas transversais), que agregue valores e uma nova concepção sobre as diferenças étnicas existentes no Brasil,

sem enfatizar nenhuma em especial. Todas as contribuições culturais são fundamentais, segundo as considerações do documento, para a constituição de nossa identidade nacional, tornando-se um imperativo reconhecer a diversidade brasileira para atuar sobre o tema da identidade étnica no país.

Convém lembrar que, por se tratar de ensino fundamental regular, portanto de crianças, pré-adolescentes e adolescentes, é preciso especial atenção para trabalhos voltados para a formação de novas mentalidades, voltados para a questão dos Direitos Universais da Pessoa Humana, da consolidação democrática do Brasil, da valorização de todos os povos e grupos humanos que formam a população brasileira, do pleno respeito a todo cidadão, nas diferentes esferas da vida. Pela dificuldade do tema, há que se lidar com cuidado, para garantir um tratamento objetivo e compreensivo daqueles aspectos considerados mais relevantes em cada região, localidade, escola, classe (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2000:25).

A superação de práticas discriminatórias de determinadas etnias e sua exclusão ou incursão precária, no sistema educacional, indicavam soluções que reconheciam formas diferenciadas de vivenciarem o espaço do conhecimento. Aponta para os interesses dos indígenas em preservar a sua própria cultura e manterem escolas próprias, o que é muito diferente dos interesses apresentados pelo movimento negro. Este evidencia expectativas de mobilidade social, no universo urbano-industrial, o que já não ocorre com os indígenas, mas os aproxima dos imigrantes, no Brasil, grupo com o qual competiu, saindo com muita desvantagem (Florestan Fernandes) para a inserção no mercado de trabalho.

Orientação Sexual

É interessante observar o espaço reservado para a elaboração do tema anterior sobre o multiculturalismo, e aquele dedicado ao tema da orientação sexual, nos PCNs. O conteúdo deste último é bem mais reduzido e há uma nítida ênfase na abordagem da sexualidade em detrimento da concepção de gênero. Em cinquenta e seis páginas, três apenas, mencionam as relações de gênero. Possivelmente, pela novidade do tema, os gestores optaram em dar início à interlocução com os educadores a partir do que era mais conhecido – os discursos sobre educação sexual, pois o debate foi estimulado na área governamental na segunda metade da década de 1990 e o conceito de gênero era pouco utilizado na academia brasileira. Esta abordagem data do início do século XX e sempre foi controverso no campo da Educação. Evidenciava uma ação do Estado no campo da

saúde pública de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em articulação com o campo educacional, o que se expandiu para ações de prevenção da gravidez, incluindo mais recentemente a AIDS como uma epidemia de maior impacto nas práticas sexuais. A controvérsia se estabeleceu no início do século passado com os professores e familiares que entenderam as propostas como intervenção do Estado em assuntos privados, tendo a Igreja como um dos interlocutores descontentes com estas iniciativas. O professor resistiu a assumir ações que profissionalmente, a seu ver, não se integravam entre as suas prioridades didáticas. De certa forma, esta controvérsia permanece na tentativa de implantação dos PCNs. A questão da sexualidade tem maior visibilidade nos debates da escola e o gênero enquanto uma expressão cultural das diferenças entre homens e mulheres que estabelece hierarquia entre estes grupos, não ocupa o espaço necessário para a compreensão das diferentes expressões da própria sexualidade. Muitos professores rejeitam uma ação direta nas questões da sexualidade como uma alternativa didática, compreendendo que esta ainda é uma prerrogativa da família. Entretanto, hoje, é possível perceber em escolas algumas experiências, embora isoladas, que expressam interesse individual do profissional da educação em alternativas didáticas que contemplem o problema das relações de gênero, incentivando práticas mais igualitárias ou equânimes entre crianças de sexos diferentes. Alguns tentam integrá-los mais, oferecendo possibilidades diárias de um exercício negociado de diferenças por meio de tarefas e jogos no ambiente escolar. O tema da *orientação sexual* expressa claramente uma associação com determinações biológicas do fenômeno da constituição da identidade feminina e masculina, quando se remete a concepção do tema, o que não se verifica com o tema da *pluridade cultural*:

Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta de Orientação Sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2000:117).

Desde muito cedo, são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto de representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, 2000:144).

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico e interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais. Essa composição cultural tem se caracterizado por plasticidade e permeabilidade, incorporando em seu cotidiano a criação e recriação das culturas de todos esses povos, sem diluí-las, ao mesmo tempo que permite seu entrelaçamento. Nesse entrelaçamento de influências recíprocas, configura-se a permanente elaboração e redefinição da identidade nacional, em sua complexidade (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural:orientação sexual, 2000:28).

A comparação dos trechos registrados permite observar que a biologia como uma ciência que fundamenta a formação de identidades no campo do gênero não é incluída na fundamentação temática da pluralidade cultural. Esta área de estudos, não é sequer comentada, conforme consta no item *Contribuições para o estudo da pluralidade cultural no âmbito da escola:*

Para informar adequadamente a perspectiva de ensino e aprendizagem é importante esclarecer o caráter interdisciplinar que constitui campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural. A fundamentação ética, o entendimento de preceitos jurídicos, incluindo o campo internacional, conhecimentos acumulados no campo da História e da Geografia, noções e conceitos originários da Antropologia, da Linguística, da Sociologia, da Psicologia, aspectos referentes a Estudos Populacionais, constituem uma base sobre a qual se opera tal reflexão que, ao voltar para a atuação na escola, deve ter cunho eminentemente pedagógico (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural:orientação sexual, 2000:35).

Os PCNs tratam de ações exclusivamente dirigidas ao campo da Educação e por isso se tornaram objeto de análise deste estudo que investiga especificamente o impacto destas relações no ensino superior. Embora esta iniciativa governamental não tivesse como meta imediata ações neste nível do ensino, a fundamentação de cada um dos temas transversais a serem operacionalizados no ensino fundamental e os objetivos declarados quanto a mudança de mentalidades e comportamentos vigentes na cultura brasileira mostram indícios de uma expectativa futura na alteração do quadro universitário e as suas formas de acesso.

As políticas mais recentes no campo das relações de gênero e etnia – criação da SEPPIR e SPM em 2003

As propostas da SPM e da SEPPIR, criadas em 2003 evidenciam uma estratégia em concentrar as ações governamentais referentes aos temas debatidos, diferente do que

sugerem as propostas do período anterior que expressam ações pulverizadas em outros programas governamentais, em diferentes áreas de atuação como saúde, educação, planejamento, ciência e tecnologia etc. As duas secretarias apresentam em suas metas, a transversalidade de temas, incluindo em planos nacionais, ações na área da educação, mercado de trabalho, direitos humanos etc. . A SPM já lançou a segunda versão do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, onde apresenta como uma das linhas de atuação, o acesso a uma educação não-sexista e fortalecimento da inserção da mulher no mercado de trabalho de modo mais qualificado. A SEPPIR por sua vez se empenhou em fortalecer a proposta do Estatuto da Igualdade Racial que provocou diversas polêmicas desde que foi proposto e evidencia uma linha de ação muito próxima ao movimento negro, no país. O Ministério da Educação lançou uma série de medidas que favoreceram a implantação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas e privadas e o momento atual mostra uma tendência muito clara no incentivo a estas ações. É possível encontrar em seu site por meio da ferramenta de busca, links dos PCNs, de 1ª a 4ª série de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, incluindo os temas transversais analisados anteriormente. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, disponibiliza no item “legislação” de um de seus programas, o *Escola que Protege*, em link denominado Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais. É disponibilizado, apenas, um deles, o tema da *Orientação Sexual*¹⁷. O tema transversal da *Pluralidade Cultural* não é oferecido no item acima referido e também não está disponibilizado nos itens que tratam da educação indígena e do acesso à educação para negros, como, por exemplo, o *Programa de Ações Afirmativas para População Negra nas Instituições Públicas de Ensino Superior*; *Programa de Formação Superior e Licenciatura Indígena*; *Educação Indígena* e *Programa Educação em Direitos Humanos*.

A forma como foram estruturados os programas e as metas de ação do Ministério da Educação indicam que há uma direção no sentido de fortalecer iniciativas mais focadas em cada um destes grupos étnico-raciais no Brasil e uma ampliação do debate sobre relações de gênero pois inclui de forma mais evidente as demandas do movimento GLTBs, o que não se encontra de forma tão explícita no documento referente ao tema

¹⁷ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_parametros.pdf. Acesso 19 de setembro de 2009.

Orientação Sexual divulgado em fins da década de 1990. Inclusive, o *Programa Brasil sem Homofobia*, integra os links disponibilizados pelo portal do Ministério da Educação por meio da SECAD¹⁸, no programa *Escola que Protege*. É possível observar que as ações relacionadas ao campo do gênero não se constituem políticas próprias do Ministério mas aderem a programas de outros órgãos governamentais como o *Programa Brasil sem Homofobia* que é uma iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Outras alternativas observadas basicamente no programa *Escola que Protege*, estão associadas a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. É interessante o fato de não existirem políticas afirmativas com recorte de gênero para acesso ou permanência em qualquer nível de ensino, embora os estudos neste campo estejam demonstrando a concentração por sexo em áreas profissionais indicando processos de guetização permanente de grupos na área educacional, tendo em vista, o forte impacto dos preconceitos e ações discriminatórias relacionadas a homens e mulheres, no Brasil.

ENTREVISTAS COM DOCENTES E OFICINAS COM ALUNOS DE RESERVA DE VAGAS POR CRITÉRIOS ÉTNICO-RACIAIS

A pesquisa vem se desenvolvendo em universidades públicas no Rio de Janeiro e tem como uma das propostas metodológicas a realização de entrevistas com docentes e a realização de uma oficina com alunos de reservas de vagas implantadas em uma delas. As entrevistas se limitam aos cursos que foram escolhidos como campos empíricos, anteriormente mencionados – o serviço social e a medicina. Para este texto, serão analisadas prioritariamente entrevistas realizadas em 2006 com docentes em um curso na área do serviço social, de universidade que não tem sistema de reserva de vagas por cor, composto por 57 professores, entre eles, 43 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Foram entrevistados 16 professores do sexo feminino e cinco professores do sexo masculino. A oficina realizada em universidade com alunos da reserva de vagas é oferecida semanalmente desde 2006 com média de participação permanente em torno de 10 alunos por semestre¹⁹. Foram realizadas aproximadamente, 10 oficinas por semestre,

¹⁸ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14128%3Aescola-que-protege-legislacao&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=817

¹⁹ Nos quatro primeiros semestres foram abertas vinte vagas, ampliando-se posteriormente para 25. Estas oficinas foram oferecidas para o setor que acompanha os alunos da reserva de vagas na universidade que

totalizando em torno de 60 oficinas, ao longo de três anos – 2006-2008²⁰. Serão analisadas 5 oficinas no período de 2007-2008. As entrevistas apresentaram como principais eixos de interesse, o nível de prestígio social da profissão e percepção do impacto de relações de gênero e etnia, na imagem e formação profissional. As oficinas têm como dinâmica, a exibição de filmes, documentários e discussão de material jornalístico sobre os temas relacionados ao estudo, explorando como os ingressantes na universidade, presumidamente oriundos do ensino médio recentemente, respondiam ao estímulo de reflexão sobre os valores e comportamentos associados a gênero e etnia, particularmente, no espaço da universidade. Um dos objetivos foi dimensionar o impacto dos PCNs na formação educacional e as possibilidades de assimilação dos temas transversais, em região mais urbana e desenvolvida. Os resultados observados até o momento são, sem dúvida, muito interessantes e a avaliação da oficina por parte dos participantes indica que os temas mobilizam o interesse e a motivação em continuar na atividade.

Algumas considerações sobre as entrevistas

O problema do gênero na escolha da carreira

Existem diferenças entre os professores do sexo feminino e sexo masculino quanto à motivação. Enquanto as primeiras mostram uma tendência maior em se inserir no mercado de trabalho próprio da área – assistência, saúde (em número maior nesta área de atuação), os segundos tendem a seguir carreira acadêmica que se constitui um projeto desde o início da formação e não expressam o mesmo interesse em atuar diretamente em instituições, ONGs ou em gestão e planejamento de programas sociais. Quanto ao prestígio profissional é importante assinalar que o fato do grupo exercer a docência no ensino superior já os distingue na estrutura sócio-ocupacional, no Brasil,

exigia cumprimento de carga horária por parte destes alunos até 2008/2, o que já não ocorre, com exceção para os cursos de licenciatura. Entretanto, dependendo do curso e da situação socioeconômica, estes alunos mostram mais ou menos dificuldades em manter-se na atividade. Observa-se uma permanência, em média, de 10 alunos, sendo que alguns se inscreveram na oficina no semestre consecutivo (o que é opcional), completando a carga horária exigida, naquele momento, pela universidade.

²⁰ A universidade teve que enfrentar uma greve deflagrada por docentes em 2008/2, surgindo alguns obstáculos para concluirmos a proposta da forma prevista, neste período.

conferindo-lhes um lugar mais reconhecido socialmente. Entretanto, vários depoimentos evidenciam a existência e a percepção dos entrevistados quanto às hierarquias entre carreiras e áreas de conhecimento. O serviço social, em vários momentos, foi avaliado por sua situação desvantajosa. Indagados se a marca feminina do curso colaborava para o seu baixo prestígio comparativamente a outras áreas, houve discordâncias entre os entrevistados quanto a esta hipótese. A tendência é reconhecer que este “imaginário social” associando a profissão a “interesses femininos”, permanece, o que poderia concorrer para desqualificá-la diante do universo acadêmico-científico, pois o feminino ou masculino não constituem, exatamente, saber. Entretanto, é possível observar um argumento concentrado no objeto de atuação do serviço social – questão social, pobreza, assistência etc.,²¹ como o fator que dificulta a afirmação profissional do assistente social ou de outros profissionais que se aproximam muito de “tudo que diz respeito a pobre”. Em alguns momentos, há um apelo ao enfoque de classe para a explicação destas escalas de prestígio, mas pode-se dizer que, há um consenso em reconhecer que o “imaginário social” que associa o serviço social ao universo feminino é muito forte ainda e “distorce” a verdadeira natureza da atividade profissional. Em argumento mais sofisticado foi apresentado o problema da vinculação histórica do curso com a religião e que este fator, seria mais determinante de uma escolha majoritária de mulheres, do que propriamente uma marca genuinamente feminina para o curso. Mas há os que considerem que a marca feminina está presente, sendo determinante, ainda nestas escolhas, inclusive delimitando trajetórias profissionais.

Eu acho que é impossível negar a existência desse dado. Entretanto para mim também, eu quero registrar que, antes da condição de gênero, vem a classe. Dentro desse processo, quem foi fazer serviço social? (Docente sexo feminino, 2006)

As pessoas pensam: há profissões femininas. Eu acho que isso tem a ver um pouco primeiro com o ingresso historicamente recente da mulher no mercado de trabalho, estou pensando um século, um século e meio. E, segundo, com essa equivocada e nefasta identificação entre profissionais de Serviço Social e caridade, filantropia, ajuda, hoje, o voluntariado, a solidariedade. Essa identificação é equivocada historicamente e teoricamente, mais ainda é muito forte, tanto entre os assistentes sociais quanto entre os organismos que contratam o serviço social, inclusive para os usuários. Mas essa identidade é que me parece equivocada, ou essa relação entre caridade, filantropia, ajuda etc e Serviço Social como profissão. Acho que ajuda reproduzir essa coisa de que é uma profissão feminina

²¹ Observam-se diferentes formas de definir o objeto de atuação do serviço social, mas neste grupo houve uma predominância em apontar a questão social como tal.

Acho que tem até um preconceito de ser pensado como profissão feminina. Talvez, isso crie dificuldade no rapaz em plena adolescência, de optar por uma profissão que é socialmente atribuída ao gênero, às mulheres, como uma profissão feminina, e num momento de definição de identidade. Isso é apenas uma intuição, coisas que possam, talvez, estar ajudando a reprodução dessa permanente absoluta minoria no serviço social (Docente sexo masculino, 2006).

Primeiro, eu acho que tem ainda a tradição da profissão. Eu acho que ela continua aí, forte. Eu acho que o homem se coloca muito mais numa perspectiva de o provedor, e eu acho que tem uma ilusão que as meninas logo caem nela, elas estão ganhando cada vez menos. Mas elas têm ainda outra perspectiva que é a perspectiva do casamento, mas nos rapazes eles ainda continuam com a perspectiva de serem os provedores. Eu não vejo uma mudança tão substancial. E os rapazes que passam pela universidade, eles se encaminham para estágios e para locais de trabalho que são diferentes das meninas. Agora existe uma situação diferente de alguns anos atrás, os alunos homens vão buscar a docência, mas há cinco anos atrás eles buscavam o que? Petrobrás, FURNAS, empresas que têm certa condição de contratar profissionais homens e profissionais homens que vão ter diferenciação salarial que as próprias mulheres vão ter lá dentro (Docente do sexo feminino, 2006).

Algumas falas evidenciam as ambigüidades do tema que trata da interação entre a identidade masculina e feminina e as implicações do seu exercício. Isso se torna mais complexo no universo onde, o mérito científico e aptidões cognitivas são o principal objeto de interesse institucional.

Tem mudado. Lentamente. A última turma que eu dei aula tinha 6 rapazes. Dos 52 alunos, 6 eram rapazes. Eu acho que tem a ver com a cultura. Não tem nada a ver com o serviço social, eu acho. Tem a ver com os benditos caminhões que foram permitidos às mulheres. Acho que, lamentavelmente, ainda é isso. (...) Não. Eu acho que não é, não. Eu acho que é uma coisa anterior. É que é permitido a ela. Tanto que quando os meninos entram, você já acha que é homossexual. Ficam tentando descobrir: será que é gay, será que não é? Aquela coisa meio preconceituosa. (...) Eu acho que os homens se sentem acolhidos no serviço social, sim. Eu acho que se sentem. Ainda mais se forem homens no sentido da sexualidade masculina, aí, é que se sentem numa boa! Porque aí existe probabilidade do exercício do poder. Ele vai reinar naquele universo feminino. E quem não gosta? No caso, um homem, ele vai estar lá cercado de mulheres. E se for homossexual, melhor ainda. Porque eles têm o acolhimento entre mulheres. O que facilita. É como se fosse igual (Docente sexo feminino, 2006).

O que a gente sente ou eu senti, é que você está num ambiente que não é normal, por exemplo, ter todas as amigas mulheres. Mas há temas que se conversa por gênero, conversam mais os homens e, se, reúnem as mulheres, elas conversam outros temas. Minhas amigas, no processo de estudo, às vezes se reuniam, eu ficava de fora. Isso cria uma situação especial, absolutamente contornável, administrável, digamos. Mas em alguns momentos, pode criar a idéia de que “o que eu estou fazendo aqui” (Docente sexo feminino, 2006)?

O problema da etnia: política de ação afirmativa para negros na universidade

Este tema mostrou avaliações mais próximas entre os entrevistados, inclusive de sexos diferentes. Houve uma clara tendência em se rejeitar a eficácia da implantação de reservas de vagas para alunos na universidade por critérios étnicos. Vários dos

entrevistados apontaram o fato do serviço social ser um curso que vem recebendo muitos alunos negros em seus quadros em processo anterior ao debate sobre cotas raciais para acesso ao ensino superior, no Brasil. Assinalam a dimensão social do problema que não pode ser desvinculado de acontecimentos históricos como o da escravidão e processo de inclusão no país, desde o desenvolvimento do modelo urbano-industrial. É praticamente, unânime a avaliação contrária a proposta de implantação da política de reserva de vagas por critérios “raciais”. Seguem os depoimentos mais assertivos quanto a esta tendência:

Em primeiro lugar, eu acho fundamental a gente negar que a entrada de negros no serviço social, será maior. Diria até que vai ser maior na universidade porque é uma pressão do movimento negro, eu acho que há um investimento por parte de setores organizados na população para o ingresso no ensino universitário, de uma maior democratização no ensino marcado pela etnia, sim; porque eu acho que a desigualdade tem cor. Então, as pessoas querem, é legítimo elas quererem o acesso. Agora, eu acho que seria um absurdo a gente achar que isso contribuiria negativamente para qualquer profissão, porque seria em última instância, então, dizer que os negros carregam em si um mal e que vão contaminar os cursos ou são portadores de uma valorização negativa e que ao ingressarem mais na medicina ou no serviço social ou na antropologia poderiam contribuir para uma identidade negativa. (...) Eu já ouvi inclusive de lideranças negras, de movimentos negros que querem acesso à universidade (divulgado através de um meio de comunicação em massa aqui no Rio de Janeiro) dizerem que eles querem acesso a cursos nas universidades sim, mas a cursos de difícil acesso como a medicina e não como o serviço social. Então, eu acho que há um equívoco da outra parte também. Por exemplo, segmentos organizados das comunidades negras, considerar o serviço social como uma coisa menor e a medicina como uma coisa maior. (Docente sexo feminino, 2006).

Primeiro que eu sou completamente contrária a essas cotas porque elas não vão solucionar o problema. Em médio prazo, eu penso que não muda, não. Nós já temos uma população empobrecida, não sei que mais população empobrecida vai vir esse curso já é um curso de população que tem essas características. Nós temos do ponto de vista quantitativo poucas alunas negras. Não são pouquíssimas. E talvez se fosse fazer a contagem, seria o mesmo quantitativo que viriam pelas cotas. Então, nós temos. E as alunas brancas são tão empobrecidas quanto que tiveram a mesma origem, escolas públicas ou escolas privadas de bases periféricas de baixa qualidade. E as alunas das escolas públicas que são as melhores são as que estudaram em colégio Pedro II. (Docente sexo feminino 2006)

Para mim, cotas é retrocesso. Eu sou absolutamente contra a política de cotas. Pode parecer paradoxal, estou com dois orientandos negros. Um homem e uma mulher todos os dois com dissertações contra cotas étnicas, raciais enfim, qual seja o nome que se dê (Docente sexo feminino, 2006).

Antes disso eu diria que a questão étnica não é a mesma coisa que questão sócio-econômica, mas elas têm relações, elas historicamente estão relacionadas, uma não se esgota na outra, não posso pensar: negro é pobre, branco é rico. Não há esta vinculação direta (Docente sexo masculino, 2006)

Eu acho que a gente deveria ir com cautela no sentido de caracterizar um curso, na universidade em geral, e no serviço social especificamente dentro de uma linha de etnia, dentro de uma linha de segregação racial, dentro de uma linha de favelização ou coisa parecida. O que eu tento

mostrar aos alunos é que toda essa questão é muito complexa e será compreendida a partir de outras relacionadas a ela. Sob o ponto de vista teórico eu acho que temos que esperar passar o momento do clamor público, há envolvimento quase emocional com a temática (Docente do sexo masculino, 2006).

Algumas considerações sobre as oficinas com alunos da reserva de vagas para negros

Alunos de diferentes cursos já participaram da atividade como, por exemplo, ciências sociais, biologia, direito, geografia, pedagogia, psicologia, medicina, engenharia, física, apresentando uma maioria de alunos do Serviço Social, cuja prioridade é assegurada na proposta. É possível observar que as oficinas tem se caracterizado por uma fala espontânea e muito interessada por parte dos alunos no debate dos filmes e documentários exibidos. Muitos deles não têm acesso a estes recursos e só tem oportunidade de assistir a estas produções em atividades como estas oferecidas pela universidade. Ao longo deste período, nas oficinas, cuja análise preliminar está sendo apresentada neste texto, houve uma mobilização maior ora pelo tema de etnia, ora pelo de gênero, a cada semestre. Faz-se uma seleção prévia do material audiovisual que será utilizado, sendo que, obrigatoriamente, dois documentários são exibidos nas duas primeiras semanas²². São apresentados dois textos como referência bibliográfica para leitura dos alunos e intercaladas às exibições, são realizadas pesquisas em material jornalístico do PEGGE/SR3/FSS/UERJ sobre os temas tratados nos filmes assistidos até aquele momento. Um dos objetivos da experiência é observar o domínio dos alunos ingressantes diante destes temas, conforme a proposta dos PCNs em introduzir estes conteúdos como recursos pedagógicos na formação do aluno com base em novos conhecimentos de matriz ética em busca de novos valores humanos no ensino fundamental e médio.

O tema do gênero

É interessante observar que as confusões ainda estão muito presentes no que se refere à definição de uma identidade feminina e masculina em nossa cultura e, particularmente no universo de crianças e adolescentes. Os depoimentos relacionados à família, a práticas disciplinares que transitam no campo do gênero e as ambigüidades

²² *Dafne e Rafael: o futuro do gênero*, 1999. Documentário com roteiro e produção da autora. *Olhos Azuis*, de Jane Elliot, 1996. Exibido em 2002, pela GNT, no Brasil.

referentes ao modelo binário na educação das novas gerações, indicam a extrema complexidade deste campo temático. O recurso aos argumentos biológicos como base explicativa “vão e voltam” nas diferentes turmas que se constituem e curiosamente, indicam algumas tendências das áreas disciplinares. Outro fato curioso a ser mencionado é a reprodução de pressões de grupo entre os participantes das atividades, onde a coordenação atua mediando e ponderando diferentes opiniões. Em alguns momentos, alunos do sexo masculino, em minoria nas oficinas, ao discordarem da avaliação das colegas do sexo feminino, sentem o seu “levantar”. Em uma delas, um aluno se viu hostilizado por sua opinião, sobre cena que revelava abuso sexual por parte de uma autoridade policial em trecho controverso de um filme. Entretanto, gostaríamos de destacar trecho de uma aluna da pedagogia que permite retomar a reflexão sobre o desafio da implantação dos PCNs na rede de ensino.

Os parâmetros dizem: tentar fazer a integração. É tudo muito lindo em teoria; mas, na prática, é muito complicado, por essas situações: vamos supor que o menino goste de balé. Você, na escola, incentiva, procura um curso para menino fazer. Aí, chega o pai: mas o que é que é isso? Está querendo mandar meu filho para balé? Aí, você fica numa situação complicada, porque você tem que fazer o possível para dar asas à imaginação da criança nas atividades e tudo o mais; porém você precisa manter seu emprego. Então, é uma coisa muito complicada. Tem que haver uma mudança não só por parte da escola, mas também por parte da família. Eu também já vi casos de famílias que têm a mente aberta, e professores completamente atrofiados. O contrário também acontece. Então, é um processo que está caminhando, mas espero que a gente chegue lá logo. (Aluna de pedagogia, 2007).

O tema da etnia

Para começar, ilustraria este debate na oficina, apenas com uma citação que pode elucidar o alcance das controvérsias das políticas de ação afirmativa por cor, na universidade e o desafio que está a nossa frente para compreendermos os processos de identidade neste campo, no Brasil.

Eu achei bem legal, porque foi diferente dos outros filmes que mostram a realidade estrangeira, e esse traz bem essa discussão de etnia aqui do Brasil. E a minha família toda é nordestina de Pernambuco e da Paraíba. Então, é um depoimento que eu reconheço realmente. Não é só em São Paulo, aqui no Rio de Janeiro existe essa discriminação. Eu não sei se em São Paulo é mais forte. Pelo que me pareceu, é bem acirrada. Aliás, os paulistas tendem a rejeitar um pouco as pessoas de fora mesmo. Eu conheço pessoas de São Paulo. Mas essa rejeição aos nordestinos aqui é muito forte. Quando meus pais vieram para cá, a maioria deles, os mais velhos, não teve estudo. Justamente por não ter oportunidade, porque tiveram que começar a trabalhar muito cedo, vieram para cá em condições muito pobres mesmo. Hoje em dia, eles já estudam, eles são vencedores. Cada um construiu sua casa com o esforço do trabalho e, hoje em dia, eles estudam. Mesmo já com certa idade (Depoimento de aluna serviço social, 2008).

A citação remete a descrição dos PCNs sobre a *Pluralidade Cultural* e a dificuldade de estabelecer classificações por grupos étnicos no país. Esta foi uma oficina realizada, a partir da exibição de um documentário intitulado *Tem que ser baiano*, sugerido por dois alunos do curso de ciências sociais que apresenta, inclusive uma iniciativa de um vereador paulista que propôs um projeto de lei que limitaria a migração de nordestinos para São Paulo, o que provocou muita polêmica, na época. O debate permitiu explorar o problema da complexidade da identidade étnica, no Brasil e as limitações, inclusive, da referência “tri-racial” (negro, branco e índio). Outras oportunidades foram oferecidas, inclusive com material audiovisual que possibilitava uma análise correlacionando os temas de gênero e etnia, como o filme *A cor púrpura* e outros documentários que exploraram conflitos étnicos permanentes no cenário internacional como aqueles entre árabes e israelenses e do continente africano, entre etnias diferenciadas mas com características fenotípicas semelhantes. Nestes momentos, é possível observar muitas dúvidas dos alunos quanto à classificação étnica e muitos integrantes, embora da reserva de vagas (não apenas para negros, na universidade), questionando o critério por cor. A polêmica sobre o recorte social em oposição ao “racial” sempre surgiu nas oficinas e em muitas ocasiões foi possível perceber uma resistência bastante acentuada quanto à utilização de critérios étnicos para ingresso na universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2ª Ed., São Paulo: Global, 2007.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 460 p.

NICHOLSON, Linda – Interpretando o Gênero. Revista Estudos Feministas. Vol.8 N.2/2000

SCHWARTZMAN, Simon et alii. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade -v.16.1990.

_____. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Apres. Miriam P. Grossi. 2002.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz – Questão racial e etnicidade In O que ler na Ciência Social Brasileira. Org. Sergio Miceli. Vol.3. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília, DF: CAPES, 1999. SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SILVA, Dayse de Paula Marques. Relações de gênero no campo profissional da medicina. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1998.

_____. A teoria única: o apelo ao inexistente como crença no Serviço Social. Encontro Anual ANPOCS, Minas Gerais, Caxambu, 2003.

_____. Entre a vocação e o poder: onde fica o conhecimento? Congresso Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

_____. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. Encontro Anual ANPED, Caxambu, Minas Gerais, 2007.

SILVA, Dayse de Paula Marques da Silva. Identidades no espaço universitário: gênero e etnia. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. Ano 9.n. 2, 2007..Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/UERJ, NAPE.

_____. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, NUTEG. – V. 8, N. 1 Niterói: EdUFF, 2000. (2.sem.2007).

_____. Decisão em grupo e negociação em equipes profissionais: técnica operacional *versus* hierarquias culturais. Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha (SPOLM), 2008.

SORJ, Bila e HEILBORN, Maria Luiza – Estudos de Gênero no Brasil In O que ler na Ciência Social Brasileira. Org. Sergio Miceli. Vol. 2 São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília, DF: CAPES, 1999.

TEIXEIRA, Moema De Poeli. Negros na universidade: trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

THERBON, Göran. Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006

DOCUMENTOS

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural; orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Relatório de Implementação – 2005-2006.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2008.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. SENADO FEDERAL. Senador PAULO PAIM. PT/RS, 2006.